



Eleições Gerais na África do Sul

Até à data limite para a apresentação de candidaturas às eleições sul-africanas, 1 de Março, surgiram 28 partidos que se apresentaram para concorrer às eleições a nível nacional e ou provincial. Outras 14 forças apenas se apresentaram em algumas províncias não o fazendo para o Parlamento Nacional. [Pag 2/5](#)

TPI Emite Mandato contra Al-Bashir

O Tribunal Penal Internacional (TPI) de Haia emitiu, a 4 de Março, um mandado de captura contra o Presidente sudanês, Omar Al-Bashir, acusado de crimes de guerra e crimes contra a humanidade no conflito que assola a província sudanesa do Darfur. Segundo o TPI, o regime sudanês está a conduzir um verdadeiro genocídio contra as etnias fur, masalit e zaghawa. De acordo com dados da ONU, o conflito em Darfur, que eclodiu em Fevereiro de 2003, já fez cerca de 300 mil mortos e mais de dois milhões e 700 mil deslocados. [Pag 5/6](#)

Novo Partido em Moçambique

O panorama político moçambicano conheceu uma grande alteração com a criação de um novo partido político, o Movimento Democrático de Moçambique (MDM), cujo Presidente é Daviz Mbepo Simango, Presidente da Câmara Municipal da Beira e, até há pouco tempo, a grande esperança para a renovação da liderança da RENAMO. Este partido surgiu de dissidências dentro do até agora principal partido de oposição. [Pag 6/7](#)

Portugal e Angola Reforçam Laços

Desde o fim da Guerra Civil, em 2002, Angola tem registado um enorme crescimento económico, no qual tem estado envolvido um número crescente de empresas portuguesas, nomeadamente do sector da construção civil e da banca. [Pag 7/9](#)

A Crise em África

O Fundo Monetário Internacional (FMI) realizou uma conferência, em Março, em Dar-es-Salam, na Tanzânia, para discutir formas de responder ao impacto da crise financeira global no continente africano. O encontro visou discutir o apoio externo que o FMI e outros doadores podem providenciar para ajudar África, onde a pobreza é a mais acentuada do mundo. [Pag 9/10](#)

Primeiro-Ministro Português em Cabo Verde

A visita oficial do Primeiro-Ministro português a Cabo Verde, em Março, visou valorizar e reforçar as áreas de cooperação tradicionais, acrescentando-lhe novos caminhos, como o das Novas Tecnologias da Informação e as Energias Renováveis. [Pag 10/11](#)

União Africana Suspendeu Madagáscar

A União Africana (UA) suspendeu Madagáscar, qualificando a mudança de governo em Antananarivo em golpe institucional. Desse modo, Madagáscar poderá enfrentar sanções a menos que um novo governo seja eleito dentro de seis meses. A UA suspendeu recentemente dois outros membros, a Mauritânia e a Guiné-Conakry depois dos golpes de estado ocorridos naqueles países. No caso de Madagáscar, apesar de Rajoelina ser um civil, os mesmos regulamentos são aplicados. [Pag 11](#)

Mayotte mantém-se francesa

Os eleitores da ilha de Mayotte, situada no Oceano Índico, aprovaram a 30 de Março, em referendo, o reforço dos laços políticos e administrativos com a França, ex-potência colonial do arquipélago das Comores, onde estão geograficamente inseridos. A vitória do foi esmagadora, com cerca de 94 % dos eleitores disseram 'sim', contra apenas 4,6% de votos 'não'. [Pag 2/4](#)

Eleições Gerais na África do Sul

■ Luís Castelo Branco

Até à data limite para a apresentação de candidaturas às eleições sul-africanas, 1 de Março, surgiram 28 partidos que se apresentaram para concorrer às eleições a nível nacional e ou provincial. Outras 14 forças apenas se apresentaram em algumas províncias não o fazendo para o Parlamento Nacional.

Quadro I			
Partidos que concorreram a nível nacional e a todas as 9 províncias			
Partido	Líder	Fundação	Resultado em 2004
African National Congress (ANC)	Jacob Zuma	1912	69.7% a nível nacional
Democratic Alliance (DA)	Helen Zille	1959	12.4% a nível nacional
Inkatha Freedom Party (IFP)	Mangosuthu Buthelezi	1975	7.0% a nível nacional
United Democratic Movement (UDM)	Bantu Holomisa	1997	2.3% a nível nacional
Independent Democrats (ID)	Patricia De Lille	2003	1.7% a nível nacional
African Christian Democratic Party (ACDP)	Kenneth Rasalabe	1993	1.6% a nível nacional
Vryheidsfront Plus AKA Freedom Front Plus,	Pieter Willem Mulder	1993	0.9% a nível nacional
United Christian Democratic Party (UCDP)	Lucas Manyane Mangope	1986	0.8% a nível nacional
Pan Africanist Congress of Azania (PAC)	Letlapa Mphahlele	1959	0.7% a nível nacional
African People's Convention	Themba Godi	2007	Criado em 2007
Congress of the People (COPE)	Mosiuoa Lekota	2008	Criado a partir do ANC

Quadro II			
Partidos que Concorreram a Nível Nacional e em Algumas Províncias			
Partido	Líder	Fundação	Resultado em 2004
Minority Front (MF)	Amichand Rajbansi	1993	0.35% a nível nacional
Azanian People's Organization	Mosibli Manguena	1978	0.25% a nível nacional
United Independent Front (UIF)	Mzwandile Manjiya Ike Kekana	2005	Novo partido
National Democratic Convention (NADECO)	Ziba Jiyane	2005	Novo partido
Alliance of Free Democrats	Themba Sono	2005	Novo partido
National Alliance	Stanley Simmons	2007	Novo partido
New Vision Party	Ike Kekana	2007	Novo partido
Al Jama-ah	Mogamad Ganief Ebrahim Hendricks	2007	Novo partido
SA Democratic Congress (SADECO)	Ziba Jiyane	2007	Dissidência do IFP
Women Forward	Nana Ngobese-Nxumalo	2008	Novo partido
Pan Africanist Movement	Thami ka Plaatjie	2008	Dissidência do PAC
Christian Democratic Alliance	Rotates between members	2008	Novo partido
Movement Democratic Party	Pastor Ntsudzuluseni Ramukanda	2009	Novo partido
Great Kongress of SA	VB Chuturgoon		Novo partido

Quadro III			
Partidos que apenas concorreram a Nível Nacional			
Partido	Líder	Fundação	Resultado em 2004
Keep It Straight and Simple Party (KISS)	Claire C Emary	1994	0.04%
A Party Coalition	Anthony Penderis	2008	Novo Partido
Hlanganani Sakhe Isizwe	Gilbert Dlamini		Novo partido



Quadro IV

Partidos que apenas apresentaram listas em algumas Províncias

Partido	Líder	Fundação	Resultado em 2004
Dikwankwetla Party of South Africa (DPSA)	Moeketsi PI Lebesa	1975	0,97% no Free State
African Muslim Party (AMP)	Wasfie Hassiem	1994	0,7% no Western Cape
Sindawonye Progressive Party (SPP)	Majozi George Mahlangu	1989	0,53% em Mpumalanga
Peace and Justice Congress (PJC)	Muhammed Rashad Khan	2003	0,09% no Western Cape
Universal Party (UP)	Martin Matheus Fienies	2002	0,05% no Western Cape
Ximoko Party (XP)	AM Mabunda	1994	Não concorreu em 2004
African Christian Alliance AKA Afrikaner Christen Alliansie	Petrus Johannes van der Westhuizen	2005	Novo partido
Christen Party/Christian Party (CP)	Louis Johannes Botha Marneweck	2005	Novo partido
African Independent Congress	Mandla Galo	2005	Novo partido
Black Consciousness Party (BCP)	Nchaupe Aubrey Mokoape	2008	Novo partido
National Party of SA	Juan-Duval Uys	2008	Novo partido
Cape Party	Jack Miller	2008	Novo partido
SA Political Party	MS Mokitimi		Novo partido
SA Determined Volunteers			Novo partido

As eleições sul-africanas de 22 de Abril realizaram-se num momento de grandes mudanças no cenário político nacional, as quais poderiam ter um efeito surpresa nos resultados finais. Os problemas que o país enfrenta, nomeadamente o desemprego, que oficialmente se situa nos 23% e que atinge particularmente a população negra, e a criminalidade, eram situações passíveis de serem exploradas pela oposição durante a campanha eleitoral. O facto do governo ter sido

incapaz de apresentar soluções capazes para lidar com estas duas questões, era mais um ponto a favor da oposição.

A África do Sul sob liderança do ANC (African National Congress) está longe de ter cumprido as promessas sociais do seu programa. Se durante o apartheid o país estava dividido racialmente, agora existe uma clara divisão rígida em classes sociais.

O programa de crescimento, emprego e redistribuição do ANC, sob tutela de Thabo Mbeki, revelou-se um fracasso do ponto de vista social. Este insucesso teve repercussões preocupantes em termos sociais, com o aumento de ataques xenófobos a afectarem os trabalhadores dos países vizinhos. Aos maus resultados sociais do governo de Mbeki somaram-se as tensões políticas, as quais se deveram aos sucessivos casos de corrupção que envolveram vários membros do ANC.

Para além de tudo isto, o partido no poder, o ANC teve que lidar com uma forte dissidência, que levou à criação do The Congress of People (COPE). Esta dissidência surgiu devido ao descontentamento interno, às políticas adoptadas pelo governo ANC e ao modo como o seu líder, Jacob Zuma, foi eleito. Para além disso, Zuma teve que enfrentar acusações de corrupção e de violação de uma filha de um amigo seu. As acusações de corrupção, datadas de 1999, referiam-se a um negócio de armas multimilionário com uma fábrica de armamento francesa, a qual terá pago uma quantia elevada a Zuma para obter os contratos para o reequipamento do exército sul-africano.

Zuma acabou por ser ilibado, em Abril, das acusações que sobre ele pendiam. Os magistrados afirmaram ter obtido gravações de conversas telefónicas sugerindo que a decisão de acusar de Zuma, em 2007, logo após ele ter derrotado o presidente Thabo Mbeki na liderança do ANC, tinha sido manipulada. Jacob Zuma sempre insistiu que o processo contra ele era politicamente motivado, tendo como objectivo bloquear as suas ambições à presidência sul-africana. Apesar de ilibado, ficou a suspeita, o que provocou alguns estragos à sua imagem durante a campanha eleitoral.

Perante tudo isto, havia na sociedade sul-africana elevado número de votantes do ANC descontentes com a actuação do partido, e cujo apoio poderia tender para um dos partidos da oposição. Nos actos eleitorais passados, nomeadamente em 1999 e 2004, as fortes maiorias obtidas pelo ANC ficaram a dever-se também à falta de capacidade da oposição

de oferecer um programa credível.

Nessa altura, os principais partidos da oposição demonstraram fraquezas de vária índole. Havia o caso de partidos com um bom líder, mas com fracas propostas partidárias, como era o caso de Patricia de Lille e o Independent Democrats (ID), ou tinha um bom líder, com boas propostas, mas sem estruturas partidárias, como era o caso de Bantu Holomisa e do United Democratic Movement (UDM) ou então tinham boas propostas e estruturas governamentais, mas o líder errado, como foi o caso de Tony Leon e a Democratic Alliance (DA).

Para as eleições de 2009, o partido da oposição que mais expectativas tinham era a DA liderada pela presidente da Câmara da Cidade do Cabo, Helen Zille. O seu bom desempenho na Cidade do Cabo e na respectiva província, faziam da DA a principal candidata à vitória nesta província, especialmente por ter conseguido alargar a sua base de apoio, não ficando apenas como o partido de brancos e mestiços.

Uma ajuda indirecta à DA, surgiu do COPE, partido que viria a roubar votos ao ANC. O COPE focalizou a sua campanha em três províncias: Western Cape, Eastern Cape e Northern Cape. Esta situação faz com que a oposição pudesse inclusivamente aspirar, para além do Western Cape, a uma vitória no Eastern Cape.

Um outro partido histórico, o Inkatha Freedom Party (IFP), viu o seu apoio diminuir drasticamente nos últimos anos, e não pode aspirar a mais do que ter uma presença forte na província do KwaZulu-Natal, onde a luta com o ANC provocou vários distúrbios durante a campanha eleitoral.

Apesar de alguns pequenos incidentes, as eleições gerais de 22 de Abril decorreram sem grandes sobressaltos. Registou-se uma taxa de participação de 77% dos eleitores, o que correspondeu a 17.680.729 votos, o que face a algum desencanto com a política que se vivia no país, foi considerado um sucesso.



Resultados Finais - Eleições 2009			
Partido	Votos	%	Lugares
African National Congress (ANC)	11 650 748	65.90	264
Democratic Alliance (DA)	2 945 829	16.66	67
Congress of the People (COPE)	1 311 027	7.42	30
Inkatha Freedom Party (IFP)	804 260	4.55	18
Independent Democrats (ID)	162 915	0.92	4
United Democratic Movement (UDM)	149 680	0.85	4
Vryheidsfront Plus	146 796	0.83	4
African Christian Democratic Party (ACDP)	142 658	0.81	3
United Christian Democratic Party (UCDP)	66 086	0.37	2
Pan Africanist Congress of Azania (PAC)	48 530	0.27	1
Minority Front (MF)	43 474	0.25	1
Azanian People's Organization (AZAPO)	38 245	0.22	1
African People's Convention	35 867	0.20	1
Outros partidos	134 614	0.76	0
Total	17 680 729	100.1	400

Fonte: Independent Electoral Commission of South África,

Ao nível dos resultados, o ANC obteve a maioria absoluta com 11.650,748 votos, o que representou 65,90% dos votos. Ficando, porém, aquém da maioria de dois terços, objectivo que a oposição queria evitar. Com esta votação o ANC obteve 264 lugares dos 400 do Parlamento Nacional, menos 33 lugares que na legislatura anterior. Tendo em conta todos os problemas que o seu líder enfrentou durante a campanha eleitoral, pode-se considerar que este foi um excelente resultado para Zuma, que será o novo Presidente da África do Sul.

Em segundo lugar ficou a Democratic Alliance de Helen Zille que obteve 2.945.829 votos, o que representa 16,66% dos votos. A DA aumentou 4% a sua votação e obteve uma vitória clara na província do Western Cape com 48% dos votos. Zille volta assumir claramente o papel de líder da oposição. Os objectivos que o partido tinha estipulado para estas eleições, e uma vez que uma vitória nacional era impossível, foram alcançados: retirar a maioria de dois terços ao ANC; obter uma maioria clara no Western Cape e reforçar a sua posição como líder da



TPI Emite Mandato contra Al-Bashir

oposição sul-africana. A nível de mandatos a DA passou a deter 67 lugares mais 20 que na legislatura anterior.

Em terceiro lugar ficou o COPE, cuja performance eleitoral era um dos grandes atractivos destas eleições. Para os mais optimistas, o COPE poderia vir a alcançar resultados surpreendentes em algumas províncias, nomeadamente no Eastern Cape. Tendo em consideração que este partido foi criado apenas há poucos meses, o seu resultado não foi muito negativo. O COPE obteve 1.311.027 votos, o que representou 7,42% dos votos, o que correspondeu a 30 lugares no parlamento nacional. Em termos provinciais, o COPE obteve um bom resultado no Eastern Cape, com 13,3% dos votos, onde foi o segundo partido mais votado.

Excluindo a DA e o COPE, os outros partidos da oposição afundaram-se nestas eleições. Juntamente com o ANC, a DA e o COPE foram os únicos partidos que conseguiram eleger representantes para os parlamentos das oito províncias.

O caso mais dramático foi o do IFP que viu, mais uma vez a sua votação diminuir, para além do facto de não conseguir alargar a sua base de apoio para além do Kwazulu-Natal e uma pequena área de Gauteng. Para este resultado contribuiu, em muito, o facto de Zuma ser zulu e ter feito grande parte da sua campanha no Kwazulu-Natal utilizando este argumento, os apoiantes de Zuma utilizaram t-shirts onde com a cara de Zuma se podia ler "100% Zulu boy". Em termos de resultados, o IFP obteve 804.260 votos, o que representou 4,55% dos votos e deu direito a lugar 18 lugares no Parlamento Nacional, menos 5 que na legislatura anterior.

Outra decepção nestas eleições foi o Independent Democrats (ID) de Patrice de Lille. O ID tinha sido uma surpresa nas eleições de 2004 quando obteve 5 lugares no Parlamento Nacional. Patrice de Lille foi uma voz constante nas críticas ao governo do ANC, sobretudo por causa dos casos de corrupção. Desta vez o ID obteve apenas 0.92 % dos votos e quatro lugares no Parlamento.

Para além destes partidos, obtiveram também representação nacional os seguintes partidos: o United Democratic Movement e a Freedom Front Plus obtiveram quatro lugares cada no Parlamento Nacional. O African Christian Democratic Party obteve três lugares, a United Christian Democratic Party obteve dois. O Azanian People's Organisation, a Azanian People's Convention, a Minority Front e o Pan Africanist Congress of Azania obtiveram um lugar cada.

O Tribunal Penal Internacional (TPI) de Haia emitiu, a 4 de Março, um mandado de captura contra o Presidente sudanês, Omar Al-Bashir, acusado de crimes de guerra e crimes contra a humanidade no conflito que assola a província sudanesa do Darfur. Segundo o TPI, o regime sudanês está a conduzir um verdadeiro genocídio contra as etnias fur, masalit e zaghawa. De acordo com dados da ONU, o conflito em Darfur, que eclodiu em Fevereiro de 2003, já fez cerca de 300 mil mortos e mais de dois milhões e 700 mil deslocados.

Esta decisão do TPI é inédita, uma vez que, pela primeira vez, tal mandado foi emitido contra um Chefe de Estado em exercício. Esta decisão foi bem recebida pelos refugiados do Darfur no Chade, pelos EUA, União Europeia e Canadá. No entanto, a decisão foi criticada pelos apoiantes do Presidente sudanês em Cartum, pela União Africana, pela Liga Árabe, China e pela Rússia.

O regime sudanês já tinha avisado que, caso o seu Presidente fosse alvo de um mandado do TPI, reagiria. Nesse sentido, para além de não ter qualquer intenção de cumprir o mandado, o regime sudanês decidiu retaliar ameaçando a segurança de cidadãos e organizações, nomeadamente ocidentais, presentes no Sudão.

Para o procurador do TPI que emitiu o mandado, Luis Moreno-Ocampo, o Governo sudanês é obrigado pelo direito internacional a executar o mandado de captura e o Conselho de Segurança da ONU deve certificar-se de que ele obedece. No entanto, a verdade é que aquele Tribunal Internacional não tem uma polícia que execute os seus mandados, dependendo da boa vontade dos Estados membros que ratificaram o seu estatuto. E o Sudão nunca o fez.

Se houve quem aplaudisse esta decisão do TPI, também houve quem manifestasse o apoio ao Presidente sudanês, o qual contou com forte apoio quer da Rússia quer da China. No contexto africano, a maioria das vozes contestou esta decisão do TPI. Esta posição africana ficou bem expressa nas palavras do Presidente senegalês, Abdoulaye Wade, o qual afirmou ter sido um erro esta posição do TPI, uma vez que, para além, de aumentar a tensão na região da África Oriental, deu a impressão que o TPI é um tribunal destinado apenas a perseguir os africanos, em alusão à detenção pelo TPI do ex-chefe de Estado liberiano, Charles Taylor, e aos numerosos processos desta jurisdição das Nações Unidas para perseguir outros dirigentes africanos.

Num primeiro sinal das repercussões do mandado de captura emitido, as autoridades do Sudão ordenaram a retirada do país de todas as agências humanitárias. As agências que operam em Darfur estavam envolvidas na maior operação humanitária do mundo e a sua presença era essencial à sobrevivência de milhares de refugiados. Al-Bashir, ameaçou igualmente expulsar diplomatas, forças de manutenção de paz e outras agências no prosseguimento do seu desafio aos críticos e à decisão do Tribunal Penal Internacional.

A União Africana (UA) contestou igualmente esta decisão do TPI, afirmando que a mesma não iria ajudar em nada à resolução do conflito do Darfur. Para a UA, teria sido preferível adiar o mandato de captura com vista a dar uma oportunidade ao processo de paz no Sudão. Esta posição da UA deve ser entendida no âmbito das características desta organização, muito dependente dos seus Estados membros, os quais reagiram na sua maioria contra esta decisão, manifestando apoio ao presidente Al-Bashir.

Com vista a ultrapassar este momento de tensão entre parte da Comunidade Internacional e o Sudão, a UA nomeou o antigo chefe de Estado sul-africano, Thabo Mbeki, para Presidente da Comissão de Inquérito sobre as violações dos direitos humanos na província ocidental sudanesa Darfur e fazer a mediação entre o Tribunal Penal Internacional e o Sudão.



Novo Partido em Moçambique

O panorama político moçambicano conheceu uma grande alteração com a criação de um novo partido político, o Movimento Democrático de Moçambique (MDM), cujo Presidente é Daviz Mbepo Simango, Presidente da Câmara Municipal da Beira e, até há pouco tempo, a grande esperança para a renovação da liderança da RENAMO. Este partido surgiu de dissidências dentro do até agora principal partido de oposição.

O novo partido tem a sua origem naquilo que os seus apoiantes chamaram a revolução de 28 de Agosto de 2008. Nesse dia, o líder da RENAMO, Afonso Dhlakama, tomou a decisão, que surpreendeu todos os observadores da política moçambicana, de não apoiar Daviz Simango na corrida para mais um mandato na Presidência da Câmara da Beira

A 7 de Março realizou-se assembleia constitutiva do MDM, na qual Daviz Simango obteve a unanimidade dos votos dos 252 delegados com direito a participar no escrutínio. Neste encontro foram igualmente eleitos os órgãos directivos e deliberativos, designadamente membros do Conselho Nacional, da Comissão Jurisdicional e Política do novo partido.

Na Conferência Constituinte do MDM estiveram presentes figuras de destaque da RENAMO, nomeadamente, Maria José Moreno, chefe de bancada da Assembleia da República, Ismael Mussa, porta-voz do grupo parlamentar e antigo assessor de Afonso Dhlakama, Ivete Fernandes, viúva do ex -secretário-geral da RENAMO, Evo Fernandes, e diversos deputados. Esta situação deixou antever a adesão de muitos militantes da RENAMO ao novo partido.

Também do lado da FRELIMO, estiveram algumas pessoas presentes no lançamento do MDM, destacam-se Venâncio Mondlane, sobrinho do primeiro presidente do partido, Eduardo Mondlane. Várias outras personalidades da cena política moçambicana também deram o seu apoio público ao MDM, como foram os casos de Carlos Jeque ou Máximo Dias.

Neste primeiro encontro do MDM estiveram presentes delegados políticos em representação de todos os 128 distritos de Moçambique, numa demonstração daquilo que, muitos analistas políticos moçambicanos, consideram a relativa facilidade de penetração da ideia que está subjacente a este projecto político.

O aparecimento do MDM é visto como a credibilização de uma oposição que se apresenta ao eleitorado moçambicano com propostas concretas nas diversas áreas da sociedade civil. Por outro lado, esta nova formação política vem fortalecer a democracia moçambicana, que, fruto do declínio da RENAMO, caminhava para um sistema democrático com um partido claramente hegemónico, situação, que mesmo inadvertidamente, favorece os abusos de poder.



Portugal e Angola Reforçam Laços

Simango é um Presidente de Câmara elogiado por diversos sectores da sociedade moçambicana, inclusive próximos da FRELIMO. O protagonismo de Simango terá provocado algum mal-estar no seio da liderança da RENAMO. Ao anunciar outro candidato para a Beira, Dhlakama provocou uma onda de contestação entre os apoiantes da RENAMO na cidade da Beira. Perante isto, Daviz Simango venceu folgadoamente as eleições como candidato independente a mais um mandato à presidência da Beira, vencendo Lourenço Bulha, candidato do partido no poder, FRELIMO, e o concorrente indicado pela RENAMO, Manuel Pereira, que se posicionou em terceiro lugar.

Esta vitória deu-se ao mesmo tempo que a RENAMO sofria uma pesada derrota eleitoral, perdendo para a FRELIMO todas as Câmaras que tinha em seu poder.

Face ao desgaste de que Dhlakama representava, muitos elementos do seu partido apelaram ao seu afastamento de modo a, preparar o partido para o ciclo eleitoral que se vai viver em 2009, o que não aconteceu. Perante este cenário, muitos apoiantes e membros da RENAMO abandonaram o partido com vista a apoiar Simango na criação de um novo partido político.

Nascido a 7 de Fevereiro de 1964 na cidade da Beira, Daviz Simango é o segundo filho do reverendo Uria Timóteo Simango, ex-vice-presidente da FRELIMO, e de Selina Tabua Obedias Muchanga, ambos desaparecidos juntamente com outros dissidentes do movimento independentista em circunstâncias até agora não esclarecidas. Licenciou-se em Engenharia Civil pela Universidade Eduardo Mondlane, tendo realizado estágios profissionais em Portugal, na área de Fundações em Pontes e Auto-estradas. Frequentou ainda um curso de pós-graduação em Ciências Políticas, em Portugal, em 1992, e de Gestão de Recursos Humanos e Relações Públicas na Universidade do Minho, entre 1999 e 2000.

Simango era desde há muito apontado, pela sua imagem de popularidade, competência e carisma, como um dos dirigentes da RENAMO mais bem posicionados para suceder a Afonso Dhlakama no partido e para candidato a futuras eleições presidenciais, o que cautelosamente sempre rejeitou.

Com vista a angariar apoios e a dar a conhecer o seu projecto político, uma delegação do MDM, chefiada pelo próprio Daviz Simango deslocou-se, em Março, a várias capitais europeias, nomeadamente Lisboa, Bruxelas, Roterdão, Haia, Estocolmo e Berlim. Para além desta campanha a nível internacional, o MDM lançou uma forte campanha interna com vista a mobilizar apoios para as eleições presidenciais, legislativas e provinciais, as quais vão decorrer em simultâneo a 28 de Outubro.

Desde o fim da Guerra Civil, em 2002, Angola tem registado um enorme crescimento económico, no qual tem estado envolvido um número crescente de empresas portuguesas, nomeadamente do sector da construção civil e da banca.

Apesar das enormes taxas de crescimento que o país tem registado nos últimos anos, a verdade é que Angola ainda tem enormes desafios pela frente. Dos seus 18,5 milhões de habitantes, cerca de 28% ainda vivem, de acordo com dados do Ministério do Planeamento angolano, na pobreza extrema. Por outro lado, ainda fruto da Guerra Civil, existe uma clara divisão demográfica muito desigual. Em Luanda vivem cerca de 5 milhões de habitantes, o que agrava a situação de uma cidade construída para 600 mil pessoas e que, até agora, teve poucos investimentos na recuperação ou alargamento dos serviços sociais. Fruto desta situação, as condições de vida, nomeadamente de higiene, são muito precárias, às quais se junta a falta de emprego para muitos dos habitantes da capital.

Apesar destes problemas, o futuro apresenta-se risonho para os angolanos. A sua economia é a que mais cresce em África, devido especialmente ao aumento das exportações petrolíferas, as quais atingiram 1,9 milhões de barris diários em 2008. A produção de diamantes também tem ajudado à economia com uma produção em 2008 a rondar os 10 milhões de carates, num valor que se aproximou dos 2 mil milhões de dólares.

Este recursos possibilitaram o governo angolano inicial um forte programa de recuperação e modernização das infra-estruturas do país, nomeadamente em termos de energia e de transportes rodoviários, aéreos e marítimos.

Paralelamente, este poder económico angolano permite-lhe ter uma elevada liquidez a qual procura no estrangeiro áreas de investimento. Nesse sentido, Portugal está na primeira linha dos destinos dos investimentos angolanos. As empresas angolanas apostam forte na diversificação e querem aumentar a sua parte no capital de grupos portugueses, na área da energia e no sector financeiro.

À frente nesta intenção de investir no mercado português surge a SONAGOL, a qual admite aumentar a sua participação no capital do Millennium BCP, onde já controla uma posição de 10%, mas que, segundo o seu Presidente, Manuel Vicente, pretende vir a reforçar. A SONANGOL detém igualmente 45% da Amorim Energia, empresa que por sua vez controla um terço da GALP.

Sinal do aproveitamento por Portugal das oportunidades da nova prosperidade angolana é o novo Banco que foi criado, cujo nome ainda não foi decidido, em partes iguais pela Caixa Geral de Depósitos (CGD) e pela SONANGOL. Com um capital social de 800 milhões de euros, este será o primeiro banco público luso-angolano. A nova entidade bancária está vocacionada para a banca de investimentos e privilegiará projectos de investimento do interesse do desenvolvimento da economia angolana.

Nesse sentido, as áreas prioritárias estão relacionadas com a geração, transportes e distribuição de electricidade, telecomunicações e projectos de interesse social. Em termos de calendários, a CGD e a SONANGOL prevêem que a nova entidade esteja criada até ao verão de 2009.

Estas ambições justificam-se, uma vez que a SONANGOL obteve em 2008 lucros de 2,2 mil milhões de euros. Este valor equivale a um aumento de 30%, e deveu-se à alta nos preços do petróleo, mas certamente será menos em 2009, devido à queda do preço do barril e aos cortes decididos pela OPEP.

Outro protagonista do lado angolano é o Banco Internacional de Crédito (BIC), parceria entre grupo Amorim e a holding de Isabel dos Santos, filha do Presidente José Eduardo dos Santos, a qual investiu, em finais de 2008, 167 milhões de euros para comprar 9,69% do BPI ao BCP através da Santoro Financial Holding. O Banco Africano de Investimentos (BAI) é outra das instituições financeiras angolana que actua na Europa, a partir de Portugal.

Além do sector financeiro, os angolanos estão interessados em investir no sector da energia, através da sua presença na construção da biorefinaria em Sines e nos meios de comunicação social, através da compra do Semanário português Sol.

Para o cumprimento das metas traçadas pelo governo angolano tem sido importante a presença de inúmeras empresas portuguesas, as quais tem apostado cada vez mais no mercado angolano com área estratégica de internacionalização das suas actividades.

O mercado angolano tem vindo a assumir uma importância crescente para Portugal, quer como destino das exportações e investimentos, quer como destino de trabalhadores e empresas. No ano passado, as exportações portuguesas ultrapassaram dois mil milhões de euros,

tendo registado um acréscimo de 500 milhões face a 2007. Este país africano é o maior parceiro comercial de Portugal fora da União Europeia e está em quarto lugar no conjunto dos países, atrás da Alemanha, Espanha e França.

A taxa de exportações portuguesas para Angola aumentou 50,7% em 2006, 39,2% em 2007 e 34,8% em 2008. Se em 2005 Angola era o nono destino das exportações portuguesas de bens, em 2008 atingiu o quarto lugar, com um volume de vendas superior a 2,27 mil milhões de euros. Além disso, o país africano representava naquele momento 2,6% do total de exportações lusas, mas em 2008 já atingiu os 6%. No tipo dos bens exportados destacam-se a maquinaria, aparelhos e materiais eléctricos, veículos automóveis, bebidas e obras de ferro fundido e aço.

Em relação às importações, Angola passou da posição 43^o como cliente de Portugal em 2005 para 19^o lugar. As importações de Angola aumentaram 109,9% em 2006, 600% em 2007 e 10,5% no ano passado. No campo das importações, destaca-se os combustíveis, betuminosos, óleos e ceras minerais e madeira.

O reforço dos laços económicos permite igualmente que outras áreas de relacionamento bilateral sejam abrangidas. Uma das mais importantes é a da Educação, com o envio por Portugal de 200 professores para Angola para promover o ensino do português e reforço do ensino secundário, projecto financiado em 5,4 milhões de euros pelo Fundo da Língua Portuguesa.

Com uma dotação de 30 milhões de euros, o Fundo da Língua Portuguesa visa apoiar ao ensino da língua portuguesa e a formação de tradutores e intérpretes para as organizações internacionais que tenham o português como idioma oficial de trabalho. Os próximos dois anos, outros países de língua oficial portuguesa deverão ser alvo de medidas semelhantes, prevendo-se o envio de um total de 600 professores.

O envio destes docentes foi enquadrado no âmbito do Projecto "Saber Mais", cuja gestão está a cargo do Ministério da Educação de Angola e do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD). Além da melhoria das competências técnicas e da capacitação dos professores do ensino secundário na utilização dos conteúdos programáticos vigentes, o projecto visa a instalação de centros de recursos para apoio pedagógico nas províncias do Cuanza Sul, Benguela, Namibe, Moxico



A crise em África

e Cunene, a formação de equipas de coordenação pedagógica local e a criação de redes de formadores nacionais de referência no ensino angolano.

O custo total do projecto está orçado em 10,15 milhões de euros, contribuindo o Fundo com 5,4 milhões de euros. Deste total, 1,7 milhões serão desembolsados em 2009 e os restantes 3,7 milhões em 2010.

Foi neste contexto de aprofundamento das relações económicas, comerciais e culturais e gozando de um bom ambiente político entre os dois países, que se realizou a visita do Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, a Portugal em Março. Esta visita, num momento de bom relacionamento político entre os dois países, foi vista como a ocasião ideal para o reforço dos laços, nos mais diversos sectores, entre Portugal e Angola.

José Eduardo dos Santos deslocou-se pela primeira vez a Portugal, como Presidente de Angola, em 1987, tendo regressado em 1991 para a assinatura dos Acordos de Paz de Bicesse. Em 1996 esteve em Portugal para o acto constitutivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A última visita tinha sido em 2007 para estar presente na II Cimeira Europa - África, a qual decorreu durante a Presidência portuguesa da União Europeia.

A visita do Presidente angolano ficou marcada pela assinatura de um acordo entre os dois países destinada à abertura de uma nova linha de crédito no montante de 500 milhões de dólares visando o reforço das relações económicas entre os dois países. A nova linha de crédito reforça duas anteriores de um total aproximado de 750 milhões de dólares.



O Fundo Monetário Internacional (FMI) realizou uma conferência, em Março, em Dar-es-Salam, na Tanzânia, para discutir formas de responder ao impacto da crise financeira global no continente africano. O encontro visou discutir o apoio externo que o FMI e outros doadores podem providenciar para ajudar África, onde a pobreza é a mais acentuada do mundo.

A conferência aconteceu após o FMI ter divulgado um relatório que alertava para o facto de que o crescimento económico de África vir a sofrer as consequências da crise financeira global. Nessa medida, o crescimento na África subsaariana diminuirá para 3,25 % em 2009, metade do índice de crescimento que se esperava anteriormente.

Esta situação surge no actual contexto de crise financeira mundial, a qual numa terceira vaga, está a chegar aos países pobres, depois de ter afectado os mais ricos e os em desenvolvimento. O embate da crise financeira demorou mais tempo a atingir as economias africanas devido à sua menor integração nos mercados internacionais, começando por se fazer sentir nos países mais desenvolvidos (África do Sul, Gana e Quênia).

Nos últimos anos, muitos países africanos usufruíram de índices de crescimento elevados fomentados pelo aumento dos preços de matérias-primas, incluindo o petróleo, em que o caso mais relevante foi Angola. Porém, com os actuais dados apresentados pelo FMI, é provável que se assista a um fraco desenvolvimento da qualidade de vida na maioria dos países africanos, o que terá consequências directas na diminuição da pobreza e no cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

O relatório calcula que dos 21 países mais vulneráveis à crise financeira global, 15 são africanos. O FMI afirmou que muitos países africanos não dispõem dos fundos necessários para proteger os mais atingidos e que precisam da ajuda externa.

Embora África tenha pouca exposição directa à crise do crédito, uma vez que os seus bancos investiram muito pouco, a verdade é que a situação global provocou uma diminuição da procura de matérias-primas que são fontes de receitas essenciais para vários países africanos.



Primeiro-Ministro Português em Cabo Verde

Os efeitos da crise financeira em África foram igualmente avaliados pela organização humanitária Action Aid no seu relatório **Where Does it Hurt? The Impact of the Financial Crisis on Developing Countries**¹. Segundo esta organização, a crise financeira e a recessão global vão fazer perder às economias africanas cerca de 70 mil milhões de dólares até finais de 2009. Esta redução fica a dever-se à queda da ajuda internacional, drástica redução das remessas dos emigrantes e diminuição com os lucros das exportações.

Face a esta situação, a Action Aid pediu aos líderes do G-20 que ponham as instituições financeiras a trabalhar para todo o mundo, tendo em atenção as fragilidades das sociedades africanas

O relatório foi publicado quando, em Londres, vários Chefes de Estado, Ministros das Finanças e Governadores de Bancos Centrais de países africanos estiveram reunidos com o Primeiro-ministro britânico Gordon Brown. O encontro surgiu no âmbito dos preparativos para a cimeira do G-20, que o governo britânico acolheu em Abril.

Os Ministros das Finanças de vários países africanos pediram a Gordon Brown que colocasse as necessidades económicas de África no topo da agenda da Cimeira do G20.

Para os países africanos, que ainda não recuperaram da subida dos preços dos alimentos no ano passado, a presente crise económica global é um desastre.

Com vista a dar voz aos problemas dos países africanos, o Primeiro-ministro britânico convidou o presidente da África do Sul a estar presente na cimeira de líderes do G-20. A África do Sul possui a maior economia da África e é o único país do continente que integra o G-20. A África do Sul já foi atingida pela recessão global e, no último trimestre de 2008, a economia sul-africana encolheu pela primeira vez em 10 anos. Entre Outubro e Dezembro a contracção foi de 1,8% em relação ao trimestre anterior. Para além disso, o país enfrenta problemas com o fornecimento de energia eléctrica, o que traz obstáculos acrescidos à sua economia, nomeadamente à extracção de minerais.

A visita oficial do Primeiro-Ministro português a Cabo Verde, em Março, visou valorizar e reforçar as áreas de cooperação tradicionais, acrescentando-lhe novos caminhos, como o das Novas Tecnologias da Informação e as Energias Renováveis.

Uma das áreas onde se pretende aprofundar é na cooperação técnico-militar esse sentido, prevê-se um reforço na sua programação, nomeadamente nas áreas da formação da Guarda Costeira, Polícia Militar, entre outras, bem como de questões ligadas ao tráfico de droga e outros tráficos e à imigração ilegal.

A operacionalização da Parceria Especial de Cabo Verde com a União Europeia (UE), depois da assinatura, em 2007, do documento, e da reflexão feita em 2008 sobre o que fazer, foi outro tema abordado pelos governantes dos dois países.

Responsáveis portugueses dos sectores empresariais da Banca, Turismo, Combustíveis, Telecomunicações e Construção Civil integraram a comitiva do Primeiro-Ministro português. O objectivo foi o de reforçar a presença de empresas portuguesas nas mais diversas áreas da economia cabo-verdiana. Em relação ao conjunto banca, turismo e serviços, estiveram em Cabo Verde responsáveis do BANIF, Caixa Geral de Depósitos, Banco Espírito Santo, Grupo Auto Sueco, Grupo Pestana, Leadership, Oásis Atlântico, Soltrópico, Compta e Magnesinus. Fizeram ainda parte da comitiva empresas dos sectores alimentar, pescas e saúde, casos da Cofaco, Exporplas, FHC, Proa, Sumol e Compal, e Unicer.

A CGD, que em Cabo Verde tem presença através do Banco Comercial do Atlântico, é o principal banco do país, com presença em todas as ilhas do arquipélago. O grupo CGD tem neste país africano a seguradora Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde e A Promotora, uma Sociedade de Capital de Risco.

Em Novembro de 2008, a CGD assinou uma Linha de Crédito de 100 milhões de euros a favor da República de Cabo Verde, que visa financiar projectos incluídos no Plano Nacional de Desenvolvimento do país, nomeadamente nos sectores portuário e aeroportuário, e que estejam a cargo de empresas portuguesas.

Cabo Verde ocupou em 2008 a 16ª posição entre os principais clientes das exportações portuguesas de comércio de bens. Por sua vez, no total das importações de comércio de bens, Cabo Verde foi o 48º vendedor a Portugal.

¹ <http://www.actionaid.org/docs/where%20does%20it%20hurt%20final.pdf>

União Africana Suspendeu Madagáscar

No plano da Cooperação os laços entre os dois países são intensos, destacando-se a Educação, Justiça, Reforma de Estado (Modernização Administrativa), Infra-estruturas e na Cooperação Técnico-Policial e Técnico-Militar. Com fazer um balanço do relacionamento entre os dois países, com vista a reforçar e ajustar essa cooperação às prioridades e aos objectivos dos dois Governos, fez igualmente parte da comitiva do Primeiro-Ministro também o Presidente do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), Manuel Correia.

Portugal decidiu reforçar as linhas de crédito existentes destinadas a apoiar projectos de construção de infra-estruturas públicas integrados no Programa Nacional de Desenvolvimento da República de Cabo Verde, a executar por empresas portuguesas.

Para este efeito, os Ministérios das Finanças de Portugal e de Cabo Verde assinaram um Memorando de Entendimento para ampliação da Linha de Crédito de Ajuda, financiada pela Caixa Geral de Depósitos e garantida e bonificada pelo Estado português, de 100 milhões de euros para o montante máximo de 200 milhões de euros. O objectivo é o de permitir o financiamento de novos projectos de infra-estruturas portuárias. No quadro deste Memorando, os representantes de ambos os Ministérios das Finanças assinaram também uma Adenda para ampliação do contrato de empréstimo, assinado na Cidade da Praia, de 40 milhões de euros, concedido pelo Estado português para montante máximo de 100 milhões de euros, para financiamento de novos projectos de infra-estruturas rodoviárias.

Por outro lado, ficou igualmente decidido criar uma nova linha dedicada a projectos nas áreas das energias renováveis e ambiente. Com vista a apoiar os investidores portugueses, a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP) abriu, na Cidade da Praia, o Serviço de Apoio à Empresa (SAE) destinado a ajudar as empresas portuguesas nos seus contactos com entidades e empresas cabo-verdianas. No continente africano, esta estrutura na Praia da AICEP é a quarta, depois de Luanda, Joanesburgo e Tunes.

Perante as profundas relações entre os dois países nos mais diversos sectores, e face à necessidade de dar uma maior expressão política a uma relação económica que já é de elevado nível, ambos os governos decidiram realizar Cimeiras bienais entre os dois países. A primeira Cimeira neste novo formato terá lugar em Lisboa em 2011.

A União Africana (UA) suspendeu Madagáscar, qualificando a mudança de governo em Antananarivo um golpe inconstitucional. Desse modo, Madagáscar poderá enfrentar sanções a menos que um novo governo seja eleito dentro de seis meses. A UA suspendeu recentemente dois outros membros, a Mauritânia e a Guiné-Conakry depois dos golpes de estado ocorridos naqueles países. No caso de Madagáscar, apesar de Rajoelina ser um civil, os mesmos regulamentos são aplicados.

O Conselho de Segurança e Paz da União Africana rejeitou a subida de Andry Rajoelina ao poder em Madagáscar.

Andry Rajoelina, enquanto Presidente da Câmara de Antananarivo assumiu a oposição no país, reclamou a presidência da República e dissolveu o Parlamento depois do Presidente Marc Ravalomanana ter sido forçado a resignar a 17 de Março. O Tribunal Constitucional malgaxe aprovou a entrega do poder. Este desfecho foi o culminar de uma crise que começou em Dezembro de 2008. A contestação à governação do Presidente Ravalomanana foi subida de tom, com os militares a apoiarem a oposição. Face à dura repressão levada a cabo pela polícia, e que provocou vários mortos, a oposição foi somando apoios.

Esta posição da UA foi igualmente adoptada por vários outros actores da Comunidade Internacional. Os Estados Unidos e a União Europeia denunciaram a transferência de poder em Antananarivo. Um porta-voz do Departamento de Estado disse que Washington, que concedeu em 2008 cerca de 86 milhões de USD em ajudas, está a rever as suas opções de relações com Madagáscar.

Os estados membros da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) também decidiram suspender Madagáscar desta organização, tendo apelado ao novo líder malgaxe, Andry Rajoelina, que se demita.

Segundo o Secretário Executivo da SADC, Tomás Salomão, a organização exige que Andry Rajoelina, deixe o gabinete presidencial urgentemente para permitir a reintegração de Ravalomanana. Salomão acrescentou que sublinhou que, em caso de recusa, a SADC deverá, em colaboração com a União Africana e as Nações Unidas, procurar outras opções para restaurar a normalidade constitucional. O bloco regional apelou também à Comunidade Internacional para não reconhecer a nomeação de Rajoelina e para exercer pressão sobre as autoridades de Madagáscar.

Apesar da mudança do poder, a situação interna não se estabilizou, com os apoiantes de Ravalomanana a desafiarem o novo Presidente através de confrontos na capital do país.

Mayotte mantém-se francesa

Os eleitores da ilha de Mayotte, situada no Oceano Índico, aprovaram a 30 de Março, em referendo, o reforço dos laços políticos e administrativos com a França, ex-potência colonial do arquipélago das Comores, onde estão geograficamente inseridos. A vitória do foi esmagadora, com cerca de 94 % dos eleitores disseram 'sim', contra apenas 4,6% de votos 'não'.

A Ilha de Mayotte, foi anexada pela França em 1841, depois de os portugueses terem sido os primeiros europeus a passar por lá, em 1503. Mayotte fica no Oceano Indico no arquipélago das Comores a 400 quilómetros a leste da província moçambicana de Cabo Delgado e 300 quilómetros a ocidente de Madagáscar.

Os eleitores foram convocados para escolher se Mayotte se tornaria ou não na 101ª província francesa e, a partir de 2011, na quinta província ultramarina, na última etapa do processo iniciado em 1975. Face à vitória do sim, Mayotte passará a ter um estatuto semelhante ao de Guadalupe, da Martinica ou da Reunião. Mas para que isto aconteça, terá de acabar com algumas das tradições locais, como os tribunais islâmicos, os casamentos envolvendo crianças ou a poligamia, situação que não será fácil tendo em atenção que 95% da população é muçulmana sunita.

As Comores tornaram-se independentes em 1975, após um referendo, mas a ilha de Mayotte, com 200 mil habitantes, manteve-se ligada a Paris por ter sido a única onde o "não" venceu nessa consulta. Hoje é dez vezes mais rica do que as outras três ilhas do arquipélago. Face às Comores, que têm vivido em grande instabilidade desde a sua independência, com mais de vinte golpes de estado, Mayotte tem gozado de uma grande estabilidade.

O Governo das Comores, com o apoio da União Africana (UA), considerou o referendo num território ocupado como nulo e sem valor. O arquipélago vinha pedindo a Paris que renunciasse à soberania de Mayotte, o que não ocorreu, reduzindo ainda mais as probabilidades do sucesso do projecto das Comores de reunificação das ilhas.

Curiosamente esta decisão da população de Mayotte surge numa altura em que alguns departamentos ultramarinos, como Guadalupe e a Martinica, se agitam para conseguir uma maior autonomia em relação a Paris e ao mesmo tempo melhores condições de vida.



OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA

Boletim da Fundação Portugal África

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

Rua de Serralves
191 - 4150 - 706 Porto
Tel.: 22 532 03 10 - Fax: 22 532 03 11
E-mail: geral@fpportugalafrica.pt

Ficha Técnica

Responsável pela edição

J. A. Azeredo Lopes
Luís Castelo Branco

Tiragem

500 exemplares

Impressão

Gutengráfica

Depósito Legal: 223325/05